



Relatório de Atividades 2020

Introdução

Em 2021, o Comitê ESPM de Direitos Humanos entra em seu quarto ano de operação. Nossa história começa quando a ESPM se torna signatária do Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, à Cultura da Paz e aos Direitos Humanos, uma iniciativa do então governo federal em 2017, se unindo a outras de instituições de ensino superior brasileiras que se comprometiam a promover essa pauta no âmbito universitário.

Na época, o Comitê foi composto para mapear e reportar aos órgãos governamentais eventuais iniciativas de promoção da diversidade, da cultura da paz e dos direitos humanos na Escola. Logo no primeiro ano, foram identificadas quase 200 iniciativas tais como publicação de livros, artigos científicos, projetos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, pesquisas de pós-graduação, reportagens, documentários, fotojornalismo, podcasts, revistas, sites, desafios, premiações, disciplinas, cursos, palestras, debates, entrevistas, eventos, exposições, simpósios, programas pedagógicos de diálogo, diversidade e inclusão, parcerias estratégicas e ações socioambientais.

No final de 2018, em função de mudanças no governo federal, o Pacto foi desativado. Não obstante, a ESPM reiterou sua posição mantendo o Comitê de Direitos Humanos em operação. Este passaria então a dedicar-se menos ao levantamento de atividades, para propor, criar e articular ações, processos e estruturas de fomento permanente visando a promoção dos direitos humanos nas diversas unidades e departamentos da Escola.

Conforme a Escola alarga sua atuação na promoção dos direitos humanos, se evidenciam os contornos estratégicos dessa temática para uma instituição de ensino superior na área de negócios comprometida com a educação de excelência e a responsabilidade socioambiental corporativa. Primeiramente pelo papel privilegiado da educação e da pesquisa na promoção de qualquer transformação social, mas, não menos importante,

porque assegurar o cumprimento de direitos humanos implica em calibrar valores e práticas de negócio e de comunicação.

Nos apoiamos na compreensão de direitos humanos preconizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que propõe estreita relação com um modelo de desenvolvimento econômico que considere premissas de equilíbrio, justiça, equidade, inclusão e transparência, ora chamado de desenvolvimento sustentável. Sem um olhar sistêmico, algumas ações de promoção dos direitos humanos tendem a ter efeitos mais pontuais, sem potencial para colaborar com mudanças de maior impacto e perenidade.

A partir desses aprendizados, o Comitê passou a centrar-se no seguinte tripé:

1. fomentar parcerias entre as diversas unidades, departamentos e instâncias da ESPM voltadas à educação para a cidadania;
2. integrar e promover frentes de atuação focadas na responsabilidade socioambiental; e
3. implementar o desenvolvimento de propostas com impacto social, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização da ONU na Agenda 2030.

Ao longo de 2020, a pandemia de Covid-19 imporia uma série de dificuldades no desenvolvimento de algumas iniciativas de promoção dos direitos humanos planejadas e em andamento. Em compensação, colaboraria para deixar ainda mais patentes os efeitos econômicos, sociais e ambientais por vezes funestos de práticas de negócio descomprometidas com o desenvolvimento sustentável, destacando-se a necessidade de articulação de todos os atores possíveis no cumprimento dos ODS apontados pela ONU.

No presente relatório, partilhamos alguns aprendizados e realizações que marcaram o inusitado ano de 2020. Além de um resumo das principais realizações do Comitê, apresentamos uma entrevista com a professora e pesquisadora Isabel Ferin Cunha, da Universidade de Coimbra, sobre literacia e direitos humanos. Para concluir, apresentamos o conteúdo da palestra sobre educação para a cidadania global realizada pelo vice-presidente acadêmico da ESPM, Alexandre Gracioso, durante sua participação no 1º Fórum ESPM/ Fiocruz UNFPA¹ em dezembro de 2020, por entendermos que representa uma importante declaração sobre os fundamentos da participação da Escola nos esforços de promoção da Agenda 2030 em nosso país.

Para saber mais sobre as realizações da ESPM na área dos direitos humanos, acesse também os Relatórios de Atividades 2018 e 2019 (disponíveis em: www.espm.br/sobre-a-espm/comite-espm-de-direitos-humanos) e acompanhe o Observatório ESPM de Direitos Humanos no Portal ESPM.

Profa. Dra. Gisela G. S. Castro
Coordenadora do Comitê ESPM de Direitos Humanos
direitoshumanos@espm.br

¹ Fundo de População das Nações Unidas

Principais atividades do Comitê ESPM de Direitos Humanos em 2020

Apesar dos entraves impostos pelo trabalho e ensino remotos, destacamos avanços significativos em 2020. Primeiramente, dezenas de novas iniciativas de promoção dos direitos humanos seguiram sendo realizadas por diversos cursos e departamentos da ESPM. O resultado pode ser conferido, continuamente, no Observatório ESPM de Direitos Humanos: <https://direitoshumanos.espm.br>.

Um marco importante foi a assinatura do Pacto Global da ONU para a promoção da Agenda 2030, tornando a ESPM a única instituição de ensino superior a figurar como signatária. Esse fato levou ao convite da Fiocruz, principal instituição de qualificação para a área de ciência e tecnologia em saúde da América Latina, para criação do Fórum ESPM/Fiocruz UNFPA. Na primeira edição do Fórum, Alexandre Gracioso, vice-presidente acadêmico da ESPM discorreu sobre as relações entre educação e cidadania global. A gravação do evento está disponível no canal oficial da Fiocruz no YouTube, em: <https://youtu.be/zPR-CL2T9k4>.

Outra conquista foi a aprovação, junto a todas as instâncias devidas, do Regulamento do Comitê ESPM de Direitos Humanos. Este documento já se encontra devidamente assinado e em vigor.

Como forma de fomentar o debate e apresentar as primeiras pesquisas decorrentes da coleção Octavio Roth no Acervo ESPM, foi realizado o webinar "Apresentando Otavio Roth no acervo ESPM" como parte da série *Painel de Debates ESPM - Mestrado e Doutorado*, promovida pela Pró-reitoria de Pesquisa *Stricto Sensu*. A gravação está disponível no canal oficial da Escola no YouTube, em: www.youtube.com/watch?v=EokCdshxgDc. Esta coleção é composta por trinta reproduções em *offset* de *crayons* feitos na Dinamarca, em 1988, para promover o conhecimento e a compreensão da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a partir da linguagem plástica, e outras produções do artista e ativista gentilmente cedidas por sua filha, Isabel Roth. Em 2020, foi concluída uma pesquisa sobre a obra do artista, feita por alunos de graduação em Design atuantes no Design Lab ESPM, para desenvolvimento da identidade visual da coleção (<https://direitoshumanos.espm.br/producao-de-conhecimento/otavio-roth-no-acervo-espm-ganha-identidade-visual/>). Os alunos foram liderados pelo Prof. Luciano Cardinali, que foi aluno de Roth na década de 1990. Outro projeto em andamento é a da Profa. Ana Lupinacci, que desenvolve pesquisa docente sobre o protagonismo de Roth e seu legado para as áreas de design e artes visuais. Espera-se que esta coleção venha a ensinar novas pesquisas discentes e docentes.

O podcast do Comitê ESPM de Direitos Humanos, *2 e 2 são 3?*, ganhou novo episódio que trata sobre o Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e tem como convidado o psicanalista e professor Pedro De Santi. O podcast está disponível no Spotify em: <http://bit.ly/2e2sao3> e no Anchor em: <https://anchor.fm/2e2sao3>.

Adicionalmente, o Comitê elaborou seu Plano de Ação para 2021, com o objetivo central de promover a integração ao reunir série de iniciativas da ESPM em torno da Agenda 2030. A proposta tomo como marco os anos 70 anos da Escola, que são completados em outubro de 2021, para integrar as diversas instâncias e unidades sob o tema "Excelência, Cidadania, Perenidade".

Uma conversa sobre literacias midiáticas e informacionais sob a perspectiva dos direitos humanos

Apresentamos a seguir uma síntese da entrevista feita pela Profa. Dra. Gisela Castro (Comitê ESPM de Direitos Humanos) com a Profa. Dra. Isabel Ferin Cunha (Universidade de Coimbra), a qual conduziu no PPGCOM ESPM Seminário Internacional sobre Literacias para a Cidadania Global. A conversa versou sobre as estratégias de literacia necessárias para a participação cidadã em um contexto social globalizado, altamente midiático e complexo em que proliferam ameaças como a disseminação de desinformação, discursos populistas, radicalismos, *fake news* e o crescente monitoramento das interações sociais online para fins nem sempre transparentes. A gravação desta entrevista está disponível, na íntegra, em: <https://direitoshumanos.espm.br/reflexao-e-debate/entrevista-sobre-literacias-midiaticas-e-informacionais>.

De que maneira a pandemia COVID-19 reverbera na questão dos direitos humanos?

Isabel Ferin: Mesmo nas democracias, a pandemia trouxe uma espécie de limitação aos direitos humanos – ainda que temporária - mas essa tendência tem crescido em diferentes países, onde algumas medidas de controle da pandemia vêm sendo implementadas, tais como controle da imprensa e dos direitos de grupos minorizados e mais frágeis. Isso falando de democracias estabelecidas. Mas podemos falar das democracias chamadas iliberais²², como Polônia e Hungria. Nesses países, medidas estatais tiveram relação direta com o fim da imprensa livre e há controle por parte do Estado da maior parte dos grupos de mídia dos países. A isso junta-se a questão dos imigrantes. Muitos imigrantes são devolvidos para campos de refugiados ou campos de espera. Na Bósnia há hoje em dia um dos campos de refugiados mais complicados, para além daqueles que estão nas ilhas gregas. Temos uma alteração ainda não totalmente revertida nos Estados Unidos, onde há separação de crianças e pais em campos de refugiados e imigrantes, entre outras medidas que põem os direitos humanos em causa. No governo Trump houve uma grande tentativa de controle da mídia por parte da Casa Branca. Esse último fator foi revertido com entrada da administração Biden, mas ainda não foram revertidas as questões relacionados ao tratamento dos imigrantes do México e da América Latina em geral. No caso do Brasil, tem sido notório o silenciamento de comunidades indígenas e outras práticas de controle da informação. Por outro lado, o Brasil tem promovido algumas experiências interessantes para tentar conter a informação falsa e a desinformação nas redes sociais. Temos os dois lados, em processos complementares e antagônicos.

Em um contexto de pandemia, no qual se assiste ao um aumento do consumo dos diferentes meios de comunicação, voltamos a nossa atenção para a televisão, rádio, imprensa e meios digitais à procura de notícias. Isso

²² Nesses países, embora haja eleições, os cidadãos são afastados de exercer controle sobre as atividades daqueles que exercem poder. Por isso, têm sido chamadas de democracia iliberais ou parciais.

concomitantemente nos leva a ficar expostos a informações corrompidas ou cerceadas. Tendo isso em mente, gostaria que falasse sobre o que se chama de literacia midiática. O que é literacia midiática e qual a importância dessa literacia nesse momento?

Isabel Ferin: A literacia midiática pode ser entendida como um processo de aprendizagem em três níveis. O primeiro é a alfabetização midiática: é compreender como as mídias funcionam de uma maneira geral, entender que são empresas e que têm objetivos, independente de serem públicas ou privadas, e que notícias sofrem um processo de fabricação a partir, muitas vezes, de estratégias e técnicas de apelo ao consumo e à atenção. Esse primeiro processo trata de fazer com que as pessoas (sobretudo jovens e crianças, mas também aqueles que são socialmente mais frágeis, como idosos e mulheres), tenham capacidade de entender como funcionam os meios de comunicação, o que eles fabricam e como fabricam. Depois temos um segundo nível da literacia, que já é um pouco mais complexo e que temos que direcionar não só aos jovens, mas a toda a população, principalmente àqueles que vão sendo, por razões técnicas e tecnológicas, despossuídos do seu trabalho. É a literacia digital, ou seja: ter minimamente conhecimentos de como as máquinas, os *hardwares* e a programação funcionam. É necessário todo um segundo nível de ‘empoderamento’, no sentido de dar ao maior número possível de pessoas já alfabetizadas midiaticamente a capacidade de intervenção nas mídias. A intervenção se faz pela possibilidade de identificar a desinformação e saber como se programa a desinformação em termos de linguagem algorítmica. Esse segundo nível caracteriza-se pelo empoderamento dos consumidores, no sentido de poder interferir nesses conteúdos e desmistificar como são construídos. É nesse segundo nível que nós, professores, devemos insistir, pois isso implica na alteração de currículos. Os nossos alunos não têm que ser programadores, não precisam ser especialistas, mas temos que conhecer como se programa, e para isso é preciso que haja disciplinas de base nas universidades, tais como introdução à matemática, álgebra e estatística -disciplinas que permitam à população confrontar-se com o digital. Por fim, há um terceiro nível de literacia, que é a capacidade de projetar as alterações ou as mudanças sociais, políticas e até dos comportamentos individuais que as redes estão conferindo ao nosso ecossistema. É uma fase de projeção, no sentido de perceber o mundo e antecipar as literacias necessárias. Hoje literacia midiática não é um enfeite; é um direito que deve ser concedido a todo cidadão para poder viver e interferir em uma sociedade fortemente midiaticizada.

Vê-se um crescimento preocupante, sobretudo nos ambientes digitais, do discurso do ódio e das polarizações. Em sua opinião, por que isso acontece? Você pode nos ajudar a clarear a quem e por que motivos interessa essa radicalização toda?

Isabel Ferin: A radicalização se constrói, em grande parte, pela própria lógica da programação digital. Existe todo um programa que foi feito na União Europeia que penso que foi uma primeira tentativa de mostrar a jovens radicais como isso acontece, como eles radicalizam-se: não só porque acreditam nas ideias propagandas pelos meios, mas porque alimentam a máquina que desejam combater com as suas informações. Essa é uma das formas mais interessantes de poder: matar a cobra com seu próprio veneno. É urgente elucidar como isso acontece. Algoritmos potencializam a radicalização seja em que nível for, do religioso, ao discurso de ódio, ao populismo, às questões ligadas ao ambiente e às

questões identitárias. As redes do radicalismo estão baseadas hoje na forma como a programação se utiliza de questões econômicas e políticas e o consumo que é feito desse tipo de informação. Portanto, se observarmos o algoritmo a funcionar, ele mostrará o aliciamento. Mostrará que já existem fábricas de radicalizações. A radicalização não é apenas o fulano X ou Y: são fábricas, são máquinas, são robôs (*bots*) criados para produzir polarização. A luta contra esses mecanismos de radicalização se faz no nível 2, das literacias midiáticas, e é preciso que haja um trabalho conjunto com os programadores. É necessário aprendermos com quem conhece como se cria a programação; precisamos saber como os *bots* são criados e controlados para aumentar o volume e o conteúdo de radicalização, seja em que time for.

Radicalização gera identificação, que gera emoção. E emoção é rápida, a gente reage rápido no calor da emoção e é isso que os *bots* buscam: ação rápida. É assim que o mecanismo se processa?

Isabel Ferin: Exatamente. Quer-se, em última instância, aumentar o consumo. É uma questão do capitalismo digital. Muitos grupos erguem bandeiras contra o capitalismo, quanto alimentam um novo tipo de capitalismo. Essa é uma grande contradição, por isso é importante saber como o sistema funciona. Tudo é baseado na instantaneidade, intensidade e efemeridade das emoções. É muito interessante essa função da literacia de esmiuçar o funcionamento desse cenário informacional com que nós estamos começando a conviver, com esse tipo de produção em série de discursos radicais impulsionados por cálculos algorítmicos. E não é uma questão apenas do conteúdo verbal: inclui conteúdos gráficos, emojis, ícones, fotos, memes etc. Toda a mensagem é impulsionada nesse sentido, seja ela imagem, som, palavra... Tudo é potencializado visando a emoções mais extremas.

De que maneira você entende que as literacias midiáticas e informacionais ajudariam a criar um contingente de cidadãos mais bem informados e, eventualmente, ajudariam a conter as estratégias de proliferação do radicalismo, da desinformação e das *fake news*?

Isabel Ferin: Temos que ter alguma utopia e também uma perspectiva histórica. Temos passado por um ciclo de radicalismo midiático que provavelmente ainda não chegou ao apogeu. Mas, ao tentarmos criar uma nova mentalidade, já estamos a criar um embrião de algo que poderá substituir o radicalismo. Atualmente tudo é muito rápido. Quem sabe em 4 ou 5 anos teremos mudanças? Creio que podemos ter esperança nisto. A grande questão é realmente o empoderamento relativo à programação. Não se pode deixar a programação na mão de meia dúzia de programadores. A programação terá que ser algo democraticamente partilhado entre um maior número de pessoas. E há um questão supranacional: a responsabilização das *Big Techs*, essas grandes autoestradas da informação. Elas terão que ser responsabilizadas, territorializadas, para poderem responder por aquilo que se passa dentro do seus fóruns de atividade. Todas as profissões e empresas - tirando as *Big Techs* - são responsabilizáveis em tribunal pelo que produzem. Uma farmacêutica, se tiver um problema na vacina, é responsabilizada. Assim, as *Big Techs* não podem estar com uma legislação que não tem especificidade com sua atividade. Portanto, toda a atividade tem que ser regulada, de uma maneira ou de outra. É nesse sentido que eu acho

que podemos avançar nessa utopia: empoderando o maior número de pessoas e responsabilizando as empresas.

Que mensagem podemos deixar a educadores interessados em desenvolver literacias para a cidadania nos conturbadíssimos tempos que atravessamos?

Isabel Ferin: Que já temos indicadores de mudança. Que devemos investir na nossa reciclagem, na reciclagem da nossa informação, e que temos que insistir na capacidade de provocar mudanças da sociedade. A outra questão é identificar grupos onde a formação em literacias é fundamental - e eu diria que a formação contínua dos jovens é muito importante, sobretudo os mais desapossados. Portanto, desenvolver literacias em bairros periféricos, por os nossos alunos em contato nesses bairros com os quais nós mesmos tendemos a evitamos contato, é muito difícil, não é nada fácil, mas é um dos caminhos mais promissores.

Sobre a educação para a cidadania global³

2020 ficará marcado na história. Em meio às tantas reflexões que o ano suscitaria, figura a constatação de que as desigualdades cobrariam uma conta ainda maior em tempos de crise. Segundo a Unesco, 1,6 bilhão de estudantes em mais de 190 países que antes estudavam estariam agora afastados da educação formal. Conforme o tempo passa, mais aumentam as distâncias já impostas entre estudantes de elite e aqueles em situação de fragilidade. Se torna ainda mais urgente a promoção do desenvolvimento sustentável, um tipo de desenvolvimento econômico capaz de colaborar para dinâmicas econômicas, sociais e ambientais mais justas.

É nesse contexto que a ESPM se tornou signatária do Pacto Global da ONU e firmou uma parceria com a Fiocruz, principal instituição de qualificação para a área de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. Em ambos os casos, o que se procura é unir esforços em torno da Agenda 2030, um plano de ação global de objetivos e metas criados para assentar as bases necessárias ao cumprimento dos 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Um dos primeiros pensamentos quando começamos a planejar na atuação da ESPM na Agenda 2030 foi que poderíamos contribuir para sua divulgação no Brasil, sensibilizando educadores, estudantes, profissionais técnicos, gestores e empresários, especialmente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável número 4 (educação de qualidade) e 12 (produção e consumo conscientes).

Dentre a literatura sobre a Agenda 2030, destaco um documento divulgado em 2017, chamado “*Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de Aprendizagem*”. Logo no início do texto, a então diretora geral da Unesco, Irina Bokova, afirma que “é preciso uma mudança fundamental na maneira como pensamos o papel da educação para desenvolvimento, porque ela tem efeito catalizador sobre o bem-estar das

³ Carta baseada em palestra proferida no Fórum ESPM/Fiocruz UNFPA, em 02/dezembro/2020.

pessoas e o futuro do planeta (...). A educação tem a responsabilidade de se alinhar aos desafios e aspirações do século XXI e promover valores e habilidades que permitam o crescimento sustentável e inclusivo e a convivência pacífica.” Mais adiante, o documento é categórico ao afirmar que “a educação é crucial ao desenvolvimento, no entanto, nem todos os tipos de educação apoiam o desenvolvimento sustentável. A educação que promove o desenvolvimento econômico por si só pode, inclusive, levar ao aumento de padrões de consumo insustentáveis”.

Eis o alerta: a educação deve integrar o contexto social e isto implica em capacitar para o exercício de uma cidadania global. Isto está em linha com a visão da ESPM sobre superar o paradigma conteudista na educação superior para abraçar debates sobre competências, equidade e inclusão a fim de auxiliar na solução de problemas concretos que seguem afetando a vida no planeta.

Alexandre Gracioso
Vice-Presidência Acadêmica ESPM